

DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periodicos que trocarem com o Diario, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno..... 18.000 | Anuncios, por linha..... 1.000
Ditas por semestre..... 10.000 | Comunicados e correspondencias, por linha..... 100
Número avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de célio por cada anuncio publicado no Diario do Governo

60 | A correspondencia para a assinatura do Diario do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeita à publicação de anuncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

SUMMARIO

MINISTERIO DO INTERIOR:

Decreto com força de lei de 20 de abril, estabelecendo a divisão dos círculos para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Portaria de 20 de abril, nomeando uma comissão para estudar a forma de resolver os litígios existentes entre o povo da freguesia de Barbacena e diversos proprietários, por causa de uns terrenos contiguos aquella povoação.

Escritura do contrato da Camara Municipal de Peso da Regua a que se refere o decreto de 11 de abril, publicado no Diario n.º 85.

MINISTERIO DA JUSTICA:

Decreto com força de lei de 20 de abril, separando o Estado das igrejas.

Decreto de 20 de abril, autorizando a transferencia da sede da Escola Industrial da Covilhã para a casa da residencia dos jesuítas, e a da Associação dos Operarios da Industrial Textil para o edificio onde está instalada a referida escola.

Despachos criando postos do registo civil.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justica, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Decreto com força de lei de 11 de abril, mandando passar à disponibilidade diversos funcionários do Tribunal de Contas.

Decretos de 11 de abril:

Nomeando os cidadãos que hão de constituir o Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Provendo o cargo de secretário geral e os demais lugares do quadro da secretaria do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Portarias de 18 de abril, provendo os cargos de chefe da 2.ª e 5.ª Repartições da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Aviso acerca do pagamento aos funcionários do Estado dos vencimentos do mês de abril.

Despachos pela Direcção Geral da Fazenda Pública, sobre movimento de pessoal.

Relações de títulos de renda vitalicia.

Nova publicação, rectificada, do decreto de 18 de abril, relativo ao abono de gratificações a sete empregados da Alfandega do Porto.

MINISTERIO DA GUERRA:

Anuncio para arrematação do fornecimento de artigos de expediente.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção dos Caminhos de Ferro das Colónias, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Decreto com força de lei de 19 de abril:

Tornando extensivas aos apontadores de 3.ª classe as disposições dos artigos 14.º e 15.º do decreto com força de lei de 24 de outubro de 1901.

Mandando que os dois lugares de chefes de divisão vagos na 2.ª Repartição da Direcção Geral dos Correios e Telegraphos sejam providos, por concurso, em primeiros officiaes do quadro telegrapho-postal.

Despachos pela Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral do Commercio e Industria, sobre movimento de pessoal.

Alvará de 20 de abril, concedendo uma patente de introdução de nova industria para o fabrico de colla de ossos.

Nota dos despachos de concessão e de recusa de protecção a diferentes marcas industriais registadas em Berne.

Notificação de registos de marcas industriais efectuados no Bureau International de Berne.

Relação de pedidos de registo de marcas industriais.

Decreto de 12 de abril, exonerando do respectivo cargo o sub-diretor dos Serviços da Carta Agricola.

Anuncio e condições de concurso para o estabelecimento de uma linha de paquetes entre Lisboa e Nova-York, com escala pelos Açores.

Anuncio de concurso para provimento dos dois lugares de chefes de divisão vagos no quadro da Direcção Geral dos Correios e Telegraphos.

Portaria de 18 de abril, provendo o lugar de instructor da 4.ª e 5.ª disciplinas da Escola Prática Elementar de Telegraphia do Porto.

Editos acerca do estabelecimento de uma linha de transporte de energia eléctrica entre as povoações da Cruz Quebrada e Linda-a-Pastora.

Decreto com força de lei de 31 de março, transferindo diversas quantias de uns para outros artigos da tabella da despesa do Ministério do Fomento.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabella dos feitos que hão de ser julgados na sessão de 25 de abril.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, relação dos títulos do empréstimo de abril de 1886 sorteados para amortização; habilitação para levantamento de um crédito.

Junta do Crédito Público, avisos acerca dos sorteios de títulos de 3 por cento da dívida interna de 1905 e da dívida externa, 3.ª serie.

Santa Casa da Misericordia de Lisboa, aviso acerca da distribuição de dotes.

Hospital de S. José, anuncios para venda de fato e levantamento de um espólio.

Superintendência dos Paços da Republica, anuncios para venda de géneros da Tapada de Mafra e para compra de carvão e antracite.

Arsenal da Marinha, anuncios para arrematação de vários artigos, de mantimentos e de serviços de transporte.

Exploração das matas nacionais, anuncio para arrematação de fava.

Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorológico.

Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 158 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 18 de abril

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

1.ª Repartição

Hei por bem, nos termos dos artigos 33.º e 34.º da lei de 5 de abril de 1911, decretar, para valer como lei, o seguinte:

Os círculos eleitorais em que fica dividida a Nação Portuguesa, para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, são os que constam do mapa que acompanha este decreto e que vai assinado pelo Ministro do Interior do Governo Provisional da Republica Portuguesa.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 20 de abril de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Constituição dos círculos eleitorais a que se refere a lei de 5 de abril de 1911

Número dos círculos	Sedes	Concelhos de que se compõem	Número dos círculos	Sedes	Concelhos de que se compõem
Continente					
1	Vianna do Castello	Viana do Castello. Caminha. Villa Nova de Cerveira. Valença. Monção.	7	Chaves	Chaves. Boticas. Montalegre. Valpaços. Vila Pouca de Aguiar. Ribeira de Pena. Murça.
2	Ponte do Lima	Ponte do Lima. Melgaço. Paredes de Coura. Ponte da Barca. Arcos de Valdevez.	8	Bragança	Bragança. Macedo de Cavaleiros. Miranda do Douro Vimioso. Vinhaes.
3	Braga	Braga. Villa Nova de Famalicão. Povoa de Lanhoso. Vieira.	9	Moncorvo	Moncorvo. Alfandega da Fé. Carrazeda de Ansiães. Freixo de Espada à Cinta. Mirandela. Mogadouro. Villa Flor.
4	Guimarães	Guimarães. Fafe. Celorico de Basto. Cabreira de Basto.	10	Porto	1.º Bairro do Porto. 2.º Bairro do Porto.
5	Barcelos	Barcelos. Terras do Bouro. Amarante. Vila Verde. Esposende.	11	Villa Nova de Gaia	Villa Nova de Gaia. Matozinhos. Maia.
6	Vila Real	Vila Real. Alijó. Sabrosa. Santa Marta de Penaguião. Peso da Regua. Mesão Frio. Mondim de Basto.	12	Penafiel	Penafiel. Gondomar. Paredes. Lousada.
			13	Santo Tirso	Santo Tirso. Villa do Conde. Povoa de Varzim. Paços de Ferreira. Vallongo.

Número do círculo	Sedes	Concelhos de que se compõem	Número dos círculos	Sedes	Concelhos de que se compõem
14	Amarante	Amarante. Felgueiras. Marco de Canavezes. Baião.	29	Leiria.....	Leiria. Alvaiazere. Ancião. Batalha. Figueiró dos Vinhos. Pedrogão Grande. Porto de Mós.
15	Aveiro	Aveiro. Agueda. Anadia. Ilhavo. Oliveira do Bairro. Mealhada. Vagos.	30	Alcobaça.....	Alcobaça. Caldas da Rainha. Obidos. Pederneira. Peniche. Pombal.
16	Estarreja	Estarreja. Espinho. Ovar. Feira.	31	Santarem.....	Santarem. Benavente. Cartaxo. Coruche. Rio Maior. Salvaterra de Magos.
17	Oliveira de Azemeis	Oliveira de Azemeis. Albergaria-a-Velha. Aronca. Castello de Paiva. Macleira de Cambra. Sever do Vouga.	32	Torres Novas	Torres Novas. Almeirim. Barquinha. Chamusca. Golegá. Villa Nova de Ourem.
18	Viseu	Viseu. S. Pedro do Sul. Sátam. Mangualde.	33	Thomar	Thomar. Abrantes. Constância. Ferreira do Zêzere. Mação. Sardoal.
19	Lamego	Lamego. Sinfães. Resende. Castro Daire.	34	Lisboa (Oriental).....	1.º Bairro de Lisboa. 2.º Bairro de Lisboa.
20	Moimenta da Beira.....	Moimenta. Armamar. Tabuaço. S. João da Pesqueira. Sernancelhe. Penafiel. Penalva do Castello. Tarouca. Villa Nova de Paiva.	35	Lisboa (Occidental).....	3.º Bairro de Lisboa. 4.º Bairro de Lisboa.
21	Santa Comba Dão	Santa Comba Dão. Tondella. Vouzela. Oliveira de Frades. Mortagua. Carregal do Sal. Nellas.	36	Villa Franca de Xira	Villa Franca de Xira. Alemquer. Arruda dos Vinhos. Assambuja. C. daval. Loures. S. bral de Mont'Agraço.
22	Guarda	Guarda. Sabugal. Trancoso. Almeida. Figueira de Castello Rodrigo. Manteigas.	37	Torres Vedras	Torres Vedras. Cintra. Mafra. Oeiras. Lourinhã. Cascaes.
23	Pinhel	Pinhel. Cea. Gouveia. Calorico da Beira. Meda. Fornos de Algodres. Aguilar da Beira. Villa Nova de Fozcoa.	38	Aldeia Gallega.....	Aldeia Gallega. Alcochete. Almada. Barreiro. Casimbra. Moita. Seixal.
24	Coimbra	Coimbra. Mira. Cantanheze. Louzã. Miranda do Corvo.	39	Setubal.....	Setubal. Alegrete do Sal. Grandola. S. Tiago do Cacem.
25	Figueira da Foz.....	Figueira da Foz. Montemor-o-Velho. Soure. Condeixa. Penela.	40	Portalegre	Portalegre. Castello de Vide. Crato. Gavião. Marvão. Nisa.
6	Arganil.....	Arganil. Tábua. Oliveira do Hospital. Góis. Poiares. Pampilhosa da Serra. Penacova.	41	Elvas	Elvas. Alter do Chão. Arronches. Avis. Campo Maior. Fronteira. Ponta de São. Monforte. Sousel.
27	Castello Branco	Castello Branco. Idanha. Villa Velha de Rodam. Olciros. Proença-a-Nova. Cerdeira. Villa de Rei.	42	Evora	Evora. Montemor-o-Novo. Viana do Alentejo. Arraiolos. Mora. Portel.
28	Covilhã	Covilhã. Belmonte. Fundão. Penamacor.	43	Estremoz	Estremoz. Villa Viçosa. Borba. Alandroal. Redondo. Reguengos. Mourão.

Número dos círculos	Sedes	Concelhos de que se compõem	Número dos círculos	Sedes	Concelhos de que se compõem	
44	Beja	Beja. Barrancos. Mertola. Moura. Castro Verde. Serpa.	50	Funchal	Os do distrito.	
45	Aljustrel.....	Aljustrel. Almodovar. Alvito. Cuba. Ferreira. Odemira. Ourique. Vidigueira.	51	Ponta Delgada	Os do distrito.	
46	Faro	Faro. Olhão. Tavira. Villa Real de Santo Antonio. Castro Marim. Alcoutim.	Colonias			
47	Silves	Silves. Loulé. Albufeira. Lagoa. Monchique. Portimão (Villa Nova). Lagos. Aljesur. Villa do Bispo.	52	Cabo Verde.....	Os da província.	
48	Angra.....	Ilhas adjacentes		53	Guiné	Os da província.
49	Horta	Os do distrito.		54	S. Thomé e Príncipe.....	Os das províncias.
		Os do distrito.		55	Macau e Timor.....	Os das províncias.
		Os dos distritos.		56	Angola — Loanda.....	Distrito de Loanda..... Distrito da Lunda Distrito do Congo.....
		Os dos distritos.		57	Angola — Benguela.. — Distrito de Benguela	Os do distrito.
		Os dos distritos.		58	Angola — Mossamedes	Districto de Mossamedes Districto da Huilla
		Os dos distritos.		59	Moçambique — Lourenço Marques	Districto de Lourenço Marques Districto de Inhambane Territórios de Manica e Sofala
		Os dos distritos.		60	Moçambique — Moçambique	Districto de Moçambique Districto de Tete Districto da Zambézia
		Os dos distritos.		61	India — Nova Goa	Os do distrito.
		Os dos distritos.		62	India — Damão e Diu	Os dos distritos.

Secretaria do Ministério do Interior, em 20 de abril de 1911. — O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Tendo-se aggravado consideravelmente nos ultimos tempos as desinteligencias e litigios entre o povo da freguesia de Barbacena, do concelho de Elvas, e diversos proprietarios, por causa de terrenos contiguos á mesma povoação, chegando até a darem-se acontecimentos lamentáveis, que é de conveniencia se não repitam: manda o Governo provisório da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que uma commissão composta dos Drs. João Pinto Rodrigues dos Santos, Celestino de Almeida e Adelino Furtado, vá estudar e investigar os meios que mais facilmente possam influir para ultimação dos litigios e resolução das duvidas até hoje apresentadas, percebendo cada um dos nomeados, alem das despesas de transporte, mais a quantia de 5000 réis diários.

Paços do Governo da Republica, em 20 de abril de 1911. — O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Para os devidos efeitos se publica a seguinte escritura do contrato da Camara Municipal do concelho do Peso da Regua, a que se refere o decreto de 11 do corrente mês, publicado no *Diário do Governo* n.º 85:

Escríptura de contrato entre a Camara Municipal do Peso da Regua e a Companhia Hydro-Electrica do Varosa

Saibam todos quantos esta escrivitura de obrigação vierem, que no anno de 1910, aos 9 dias do mês de junho, nesta villa do Peso da Regua e Paços do Concelho, onde se achavam presentes: como primeiro outorgante, Julio de Carvalho Vasques, medico-cirurgião e presidente da Camara Municipal, e como segundos outorgantes, Bernardo Joaquim Moreira de Sá, engenheiro, e Alvaro Rebello Valente, capitalista, ambos na qualidade de administradores da Companhia Hydro-Electrica do Varosa, todos de mim conhecidos e das duas testemunhas idóneas aadeante nomeadas e no fim assinadas e tambem de mim conhecidas, do que dou fé.

Pelos tres outorgantes foi dito que consideram como rescindido o contrato de 12 de dezembro de 1907, celebrado por escrivitura da mesma data entre esta Camara Municipal e a companhia outorgante e manteem o contrato de 20 de julho de mesmo anno, entre os mesmos outorgados, com as seguintes alterações:

1.º O numero de lampadas será de duzentas e trinta.
2.º A companhia fornecerá á Camara, pelos preços abaixo indicados, as lampadas de dezaseis velas que esta requisitar, alem do numero estabelecido de duzentas e trinta: pelas primeiras cincocentas, 6000 réis annuas por lampada; pelas cinquenta lampadas seguintes, 54750 réis annuas por lampada; pelas cinquenta lampadas seguintes, 54660 réis annuas por lampada; por qualquer numero de lampadas a mais 5000 réis annuas por lampada.

3.º A collocação d'estas lampadas poderá abranger alem da area estabelecida no primitivo referido contrato, mas os lugares de Lages, Aris, Mera, Quinta, Olival,

Basto e Quatro Caminhos, ou qualquer rua nova que a Camara mandar construir na villa.

§ 2.º Para aquelles logares a Companhia Hydro-Electrica do Varosa fará a installação á sua custa, desde que tenha garantido o consumo de energia electrica de cincuenta lampadas de dezaseis velas por kilometro, quer sejam de iluminação publica quer particular.

3.º A Companhia Hydro-Electrica do Varosa obriga-se a fazer os seguintes abatimentos nos preços de iluminação publica: de 5 por cento depois do terceiro anno de exploração; de 10 por cento depois do sexto anno de exploração; de 15 por cento depois do decimo segundo anno de exploração. Entende-se que a exploração começa no dia da inauguração do funcionamento da luz na Regua.

4.º A Companhia Hydro-Electrica do Varosa obriga-se a fornecer á Camara energia exclusivamente destinada á elevação de agua para o abastecimento da villa, captada no rio Corgo, perto da sua foz e elevada até os depositos do Peso, aos preços de 30 réis pelos primeiros 15000 kilowatts annuas; 20 réis pelos kilowatts excedentes, liquidando-se trimensalmente a importancia de energia consumida.

§ 1.º As installações a fazer serão de conta da Camara a qual ligará o seu ramal ao cabo conductor de energia da Companhia no ponto de passagem mais proximo do local da captagem de aguas. Nesse ponto de ligação será installado o contador de energia da Companhia, que será medida na alta tensão.

§ 2.º A Camara poderá traspassar o direito da applicação d'esta energia a qualquer companhia ou entidade que tome o encargo do abastecimento da agua para a villa do Peso da Regua, não podendo a companhia vender a mais ninguem energia para o mesmo fim de abastecimento de aguas mesmo que seja para uso particular.

E pelo primeiro outorgante Julio de Carvalho Vasques foi dito que sendo esta deliberação tomada pela Camara em sua sessão de 12 de maio corrente anno, em nome d'ella aceitava a presente escrivitura de obrigação na forma declarada por todos o que os segundos confirmaram obrigando-se pela sua parte a todas as condições que neste contrato são feitas.

Um e outros o disseram, outorgaram e reciprocamente o aceitaram de que dou fé e vão assinar com as testemunhas presentes: João Cosme, casado, proprietario e Luis Alberto Teixeira, casado, proprietario, ambos residentes na freguesia de Godim, d'este concelho, depois de collar um sello de imposto da taxa de 1500 réis, devido a esta escrivitura e de lida em voz alta perante todos por mim José Afonso de Oliveira Soares, secretario da Camara, que a fiz e assino em publico e raso. — *Julio de Carvalho Vasques* — *Bernardo José Moreira de Sá* — *Alvaro Rebello Valente* — *João Cosme* — *Luis Alberto Teixeira* — *José Afonso de Oliveira Soares*.

Tem um sello de imposto do valor de 1500 réis devolvemente inutilizado.

Emolumentos 15500 réis.

Tem mais dois sellos de industria, sendo um do valor de 100 réis e outro de 20 réis, devidamente inutilizados.

Tem mais um sello de imposto do valor de 10 réis também inutilizado.

Está conforme. — Secretaria da Camara Municipal do Peso da Regua, 13 de dezembro de 1910. — O Secretario, *José Afonso de Oliveira Soares*.

Secretaria do Ministério do Interior, em 20 de abril de 1911. — O Secretario Geral, *José Barbosa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Lei da separação do Estado das igrejas

CAPITULO I

Da liberdade de consciência e de cultos

Artigo 1.º A Republica reconhece e garante a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e ainda aos estrangeiros que habitarem o territorio português.

Art. 2.º A partir da publicação do presente decreto com força de lei, a religião católica apostólica romana deixará de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas serão igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não offendam a moral publica nem os princípios do direito político português.

Art. 3.º Dentro do territorio da Republica ninguém pode ser perseguido por motivos de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da religião que professa.

Art. 4.º A Republica não reconhece, não sustenta, nem subsidia culto algum; e por isso, a partir do dia 1 de julho proximo futuro, serão suprimidas nos orgâmentos do Estado, dos corpos administrativos locais e de quaisquer estabelecimentos publicos todas as despesas relativas ao exercício dos cultos.

Art. 5.º Da mesma data em deante serão extintas as congruas e quaisquer outras imposições destinadas ao exercício do culto católico.

Art. 6.º O Estado, os corpos administrativos e os estabelecimentos publicos não podem cumprir directa ou indirectamente quaisquer encargos cultuaes, nem mesmo quando onerarem bens ou valores que de futuro lhes sejam doados, legados ou por outra forma transmittidos com essa condição, que será nulla para todos os effitos, aplicando-se, de preferencia, os respectivos bens ou valores a fins de assistencia e beneficencia, ou de educação e instrução.